

CAPTAÇÃO DE
ENERGIA DO SOL
PERMITIRÁ
ECONOMIA
ANUAL DE
R\$ 90 MIL



NCS – 30 DE AGOSTO DE 2018

FOTO: ÁLEF PARDIM

JFES instala usina solar no estacionamento da sede

A Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES) instalou painéis de energia solar no estacionamento de sua sede, em Vitória, com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica. Dos painéis, a energia passa por um sistema que a torna disponível nas tomadas. Trata-se de uma usina fotovoltaica, que vai captar a energia do sol para ser usada no prédio.

De acordo com o diretor do Núcleo de Obras e Manutenção da Justiça Federal do Espírito Santo, engenheiro Carlos Chaves Damásio, a expectativa é gerar uma economia mensal de R\$ 7,5 mil, o que representa R\$ 90 mil por ano. A previsão é de que o valor investido na construção da usina seja recuperado em cinco anos – o custo do sistema foi cerca de R\$ 460 mil – e que a duração das placas seja de, no mínimo, 25 anos.

A SJES utilizará o sistema “grid-tie”, no qual a energia produzida pela usina e que não é utilizada pode ser vendida para a Espírito Santo Centrais Elétricas (EDP Escelsa), empresa responsável pelo fornecimento de energia no Estado, retornando para a rede e gerando um crédito imediato na conta de energia da Justiça Federal, hoje em torno de R\$ 100 mil.

“A energia gerada pelas placas passa por diversos cabos em eletrodutos subterrâneos e inversores solares, que injetam e é enviada para uma central. Lá esse conjunto de cabos se une, injetando a energia gerada pela usina no quadro geral, onde ela passa a ser consumida imediatamente ou retorna para a EDP Escelsa. O funcionamento da usina, portanto, é conjunto com a energia fornecida pela concessionária”, explicou Carlos Damásio. Dessa forma – continuou –, “a energia produzida pela usina nos fins de semana, por exemplo, quando não há expediente, é vendida para a EDP Escelsa, gerando o abatimento no valor a ser pago no fim do mês para a concessionária de energia”, destacou. O projeto já foi compartilhado com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

A implantação da usina fotovoltaica permitirá a redução de despesas correntes da Justiça Federal, para fazer frente à restrição orçamentária proposta pelo Governo Federal. “Em 2016 a Justiça Federal do Espírito Santo teve um corte de 28% no orçamento. Logo em seguida, com a Lei do Teto, esse orçamento reduzido passou a ser a base para os anos seguintes. Como nós já éramos eficientes, esses cortes representaram ajustes, renegociações de contratos e inclusive alguns sacrifícios, como o desligamento do ar condicionado central às 18h. Em resumo, o total da economia chegou a R\$ 6 milhões por ano”, esclareceu a diretora do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik.

Outra vantagem do projeto – continuou a magistrada – “foi a oportunidade de capacitação de nossa equipe técnica, que desenvolveu o projeto internamente, contando com grande apoio da EDP Escelsa, o que permitirá a troca de experiência com vários órgãos interessados no tema, como o TRF4, o Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES), o Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES), e o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), entre outros”.